

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17071 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

Transformações no mundo do trabalho e Ensino Médio integrado: reflexões sobre o projeto de escolarização da classe trabalhadora

Cristiane Leticia Nadaletti - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

### **Transformações no mundo do trabalho e Ensino Médio integrado: reflexões sobre o projeto de escolarização da classe trabalhadora**

#### **Resumo**

O texto algumas reflexões sobre o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI), tomado como importante referência para o projeto de formação escolar da classe trabalhadora. A partir de pesquisas bibliográficas e dados quantitativos sobre a realidade do trabalho juvenil, problematiza-o enquanto mediação entre a educação profissional e as transformações no mundo do trabalho, indicando algumas reflexões sobre as contradições que emergem desta relação.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integrado; Escolarização da classe trabalhadora; Mundo do trabalho.

#### **Introdução**

Este trabalho problematiza o EMI enquanto uma referência para o projeto de formação escolar da classe trabalhadora a partir de suas relações com as atuais transformações no mundo do trabalho <sup>[1]</sup>. Originado nas lutas sociais e fundamentado nos preceitos da formação humana integral, tem com um dos objetivos promover a “educação geral que não pode ser substituída nem minimizada pela formação profissional; e também, uma possibilidade: a da formação profissional” (Ciavatta e Ramos, 2012, p. 308).

Considera as razões sócio-históricas brasileiras, na qual o trabalho é central na vida dos jovens. Neste sentido, expressa uma forma de enfrentar a histórica dualidade educacional brasileira (Grabowski; Kuenzer, 2002).

Ao transitar para o mundo do trabalho os estudantes egressos do EMI se deparam com aceleradas transformações, marcadas pela transição da industrialização para a “nova Era Digital” (Pochmann, 2022). Profissões são extintas ou perdem relevância, outras surgem ou são ressignificadas. Não obstante, em um cenário de extraordinário desenvolvimento da força produtiva, o Brasil continua a ser um dos países mais desiguais do mundo, onde o bem-estar social e trabalhista nunca alcançou a maior parte dos trabalhadores.

Consideramos importante refletir sobre as contradições e desafios para o EMI, compreendendo-o como mediação para um projeto de desenvolvimento com justiça social ao mesmo tempo responde aos imperativos das novas bases técnicas da produção preparando para o trabalho complexo (Frigotto, 2008).

Ao analisar a influência do taylorismo/fordismo na sociedade italiana, Gramsci identificou que o surgimento de novos métodos de trabalho vincula-se à forma como vivemos e compreendemos a realidade. Além de não negar aquela realidade, propôs enfrenta-la de forma crítica (Gramsci, 2001).

## **Metodologia**

O texto segue a metodologia qualitativa de pesquisa. Referencia-se em pesquisas bibliográficas que relacionam o trabalho e educação, sendo complementadas por dados quantitativos, disponibilizados nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e no estudo realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre a atualidade da relação entre jovens e o trabalho.

## **Discussões dos resultados parciais**

O EMI, viabilizado com a aprovação do Decreto n. 5.154/2004, passou por um importante processo de expansão. Atualmente, a rede estadual concentra a maioria das matrículas, correspondendo a 509 mil, seguida da Rede Federal, com 215 mil. Tem menor expressão quantitativa em relação ao ensino médio propedêutico. Enquanto este respondia por 6,8 milhões de matrículas em 2023, o EMI possuía 823 mil. (MEC/INEP, 2024).

As políticas para a educação profissional contemporâneas no Brasil foram constituídas a partir das demandas da industrialização, cujo regime de acumulação caracterizava-se pela clara definição entre as funções operacionais, típicas das formas tayloristas/fordistas. A educação profissional foi organizada para desenvolver a trajetória educativa dos trabalhadores de forma bem definida, coerente com a forma de acumulação taylorista/fordista, havendo uma relação direta entre a qualificação e a ocupação. (Kuenzer, 2016).

Na transição para o sistema de acumulação flexível, foi organizado um sistema de qualificação variado e de baixa qualidade, com vistas ao desenvolvimento de determinadas competências e subjetividades, preparando os trabalhadores para transitarem por várias funções e ocupações ao longo das cadeias produtivas. Esta qualificação requer grande volume de trabalho simples e flexível como é o caso do Brasil. Para os trabalhadores que desenvolvem tarefas mais complexas na cadeia produtiva,

[...] a educação básica é rito de passagem para a educação científico-tecnológica e sócio-histórica de alto nível. Nestes casos, a flexibilidade, atributo geralmente exercitado internamente às firmas, advém da capacidade de trabalhar intelectualmente e atuar praticamente (Grabowski; Kuenzer, 2016, p. 27).

A implementação de uma avançada base tecnológica contrasta com forma tardia e subordinada como o Brasil se inseriu nesta mesma base. Associa-se a isto uma reconfiguração do Estado, via reformas que acentuam a precarização e retirando direitos dos trabalhadores. Isto é mais perverso para os jovens, cada vez mais, expostos às precárias ocupações plataformizadas, ao desemprego, a ausência de direitos trabalhistas e as tarefas que exigem grande esforço físico. Para muitos a realidade impõe a conciliação entre o trabalho e estudo, como evidenciam os dados que seguem.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, 16,6 % só estudava, 14,8% estudava trabalhava, 40,8% só trabalhava e 27,8% não estava estudando nem trabalhando (PNAD, 2022). Em que ampliação do sistema e das oportunidades educacionais nas últimas décadas, o trabalho e a busca por trabalho são a realidade para a maioria dos jovens. Mais da metade dos jovens (55,6%) concilia trabalho e estudo ou só trabalha. Entre aqueles que não estudam e não trabalham 45% declara que sua situação está relacionada ao desenvolvimento do trabalho reprodutivo e não remunerado, como o trabalho doméstico e de cuidados.

Os jovens entre 14 e 24 inseridos na força de trabalho, 45% desempenham trabalho informal, taxa maior do que a geral, que é de 40%. De um total de 14 milhões, ocupações de baixa qualificação ou remuneração concentram 12 milhões. Apenas 1.9 milhões em ocupações técnicas ou culturais, informática ou comunicações (MTE, 2024).

Enquanto a taxa nacional de desemprego é de 7,9%, entre os jovens de 18 a 24 anos corresponde a 16,8%. (PNAD, 2024). Quanto aos indicadores de rendimento mensal, enquanto a média geral é de R\$ 2.659,00, a dos jovens entre 14 e 29 corresponde a R\$ 1.743,00 (PNAD, 2022).

Temos então uma realidade em que mais da metade dos jovens estão inseridos em trabalhos informais, com maior tendência a precarização e ao desemprego e com menor remuneração. Por exemplo, ocupações como Cuidador de crianças, a informalidade é de 70%, para os Condutores de motocicleta, 82% e para o trabalho na agricultura, a informalidade chega a 83%. (MTE, 2024).

### **Considerações Finais:**

Indicamos a importância de refletir a experiência do EMI enquanto referência para a formação escolar da classe trabalhadora, destacando alguns aspectos:

- a. O EMI é uma das maiores experiências de formação escolar da classe trabalhadora. No entanto, não alcançou a grande maioria dos estudantes da classe trabalhadora. Seu espaço tem se tornado cada vez mais restrito, vide a Reforma do EM;
- b. Sua formação está organizada a partir do modo de acumulação industrial. Ainda que o país conviva com diferentes formas de trabalho, na era digital, pode perder relevância enquanto mediação com o sentido histórico do trabalho.
- c. A realidade do mundo do trabalho exige olhares e esforços para que sejam inseridos na educação profissional em perspectiva integral, a grande parcela dos jovens brasileiros, inseridos no mundo do trabalho em condições de precariedade, informalidade e baixa qualificação.

Assim como Gramsci (2001), compreendemos que de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, cada sociedade formula seus projetos educacionais para responder as demandas e contradições advindas da divisão técnica do trabalho do modo de produção hegemônico.

### Referências:

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado** In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) Dicionário da educação do campo. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. **Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez**, p. 57-82, 2005.

GRAMSCI, A. Caderno 22 (1934): **Americanismo e Fordismo**. In GRAMSCI, A. Caderno do Cárcere. Vol. 4. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 242-282.

IBGE. Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Primeiro Trimestre de 2022. Brasília: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 08/08/2024.

\_\_\_\_\_. Indicadores IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em 07/08/2024.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22-32, 2016.

MTE. Os jovens e o trabalho – sua inserção e reflexões para o futuro. TEM, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/pesquisa-aponta-crescimento-no-emprego-para-a-juventude-mas-jovens-mulheres-e-negros-seguem-com-dificuldades-de-insercao>. Acesso em: 10/08/2024.

POCHMANN, Marcio. **Novos Horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Editora da Unicamp, 2022.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, p. 1-26, 2008.

---

[1] O texto é construído a partir de resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).